O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ECONOMIA CIRCULAR: UMA REVISÃO TEÓRICA SOB A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO SUSTENTÁVEL

Natalia de Oliveira[1], Simone Sehnem[2]

1. Discente do curso de Pós-graduação em Administração, Unoesc, Chapecó, SC
2. Docente do curso de Pós-graduação em Administração, Unoesc, Chapecó, SC

Autor correspondente: Natalia de Oliveira, natalia_oliveira@unoesc.edu.br

Área: Ciências Sociais

Introdução: A economia circular (EC) tem se consolidado como uma alternativa ao modelo linear de produção e consumo, orientando-se por princípios de regeneração de recursos, extensão do ciclo de vida dos produtos e redução de resíduos. Apesar de seu potencial, a literatura aponta lacunas conceituais e desafios práticos, sobretudo na integração das dimensões sociais, econômicas e de governança. A ausência de consenso sobre definições, a predominância de enfoques técnicos e ambientais e a marginalização de aspectos distributivos dificultam a aplicação efetiva da EC, especialmente em contextos do Sul Global. As políticas públicas são fundamentais para viabilizar a transição circular. No cenário europeu, observa-se um modelo robusto e sistêmico, que combina regulações obrigatórias, incentivos econômicos e planejamento estratégico de longo prazo. O Plano de Ação para a Economia Circular da União Europeia, articulado ao Pacto Ecológico Europeu, exemplifica essa abordagem integrada, apoiada por metas vinculantes, financiamento estável e forte capacidade institucional. Em contraste, a América Latina apresenta avanços pontuais, mas ainda marcada por fragmentação, baixa coordenação intersetorial e fragilidade logística. Embora países como Chile e Colômbia avancem com legislações específicas, em grande parte da região a EC é tratada como extensão da gestão de resíduos, sem constituir uma política de Estado. Nesse contexto, propõe-se uma tipologia que organiza as políticas circulares em três abordagens principais: regulatória, incentivadora e estratégica. A primeira, baseada em normas e obrigações legais, garante padronização, mas pode ser limitada por burocracia e inércia institucional. A segunda, de caráter econômico, estimula a inovação e a participação voluntária, embora possa gerar dependência de subsídios. Já a terceira, estratégica, envolve planos de longo prazo, investimentos em infraestrutura e integração entre diferentes setores, com potencial de transformação estrutural, mas dependente de alta capacidade estatal. As barreiras à implementação da EC incluem entraves culturais, regulatórios, técnicos e logísticos, agravados por desigualdades regionais e restrições orçamentárias. Críticas do campo da justiça ambiental destacam ainda os riscos de invisibilização de trabalhadores informais e de reprodução de lógicas extrativistas. Assim, a efetividade das políticas circulares depende da articulação entre instrumentos regulatórios, econômicos e estratégicos, adaptados às realidades locais, com inclusão social, participação ativa de múltiplos atores e mecanismos contínuos de monitoramento e ajuste. **Objetivo:** Investigar de que modo as políticas públicas têm favorecido, limitado ou dificultado a transição para modelos circulares em diferentes contextos. **Método:** Revisão integrativa e qualitativa da literatura produzida entre 2016 e 2024. **Resultados:** Os resultados mostram que a União Europeia adota políticas robustas e integradas, já os países latino-americanos, ainda apresentam políticas fragmentadas, com foco excessivo em resíduos e baixa integração intersetorial. **Conclusão:** A transição para a economia circular exige governança pública integrada, visão estratégica de longo prazo e engajamento multissetorial.

Palavras-chave: economia circular; sustentabilidade;; políticas públicas.